



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

> Conselho Distrital de Évora

> Parecer do CDE, proc. N.º. 6/PP/2012-E, de 28 de Fevereiro de 2013

PARECER

Vem a Dr.^a ... (C.P....E) solicitar parecer sobre eventual incompatibilidade entre o exercício da advocacia e o cargo de presidente de junta de freguesia, a tempo inteiro e/ou tempo parcial.

Atento o solicitado e exercendo a Sr.^a Advogada na área do Conselho Distrital de Évora, compete a este Conselho pronunciar-se, Art. 50.º, n.º 1, al. f), E.O.A..

Desde logo importa considerar o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, na sua actual redacção). Nesta sede, apenas os presidentes de câmara e os vereadores a tempo inteiro são ali expressamente previstos, devendo tais cargos ser exercidos em regime de exclusividade (Art.ºs 1.º e 4.º). Anote-se que, os deputados mantêm o seu estatuto privilegiado, não se encontrando em situação de incompatibilidade.

Termos em que, no âmbito deste regime jurídico, nada impede o presidente de junta de freguesia exercer outras actividades, com o seja o da advocacia.

Haverá então que aferir se ao Advogado é permitido, pelo E.O.A., o exercício de tal cargo ou função.

O artigo 77.º-1 a) EOA determina que o exercício da advocacia é incompatível com a actividade de (...) presidente de câmara municipal e, bem assim, respectivos adjuntos, assessores, secretários, funcionários, agentes ou outros contratados dos respectivos gabinetes ou serviços. Por seu, a alínea j) do mesmo n.º., considera incompatível o exercício da advocacia com a de funcionário, agente ou contratado de



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

quaisquer serviços ou entidades que possuam natureza pública ou prossigam finalidades de interesse público, de natureza central, regional ou local.

Forçoso é de concluir que o E.O.A. não prevê a incompatibilidade do cargo de presidente de junta de freguesia com o exercício da advocacia.

Sequer se vê fundamento para considerar o exercício temporário do cargo, pelo tempo de duração do seu mandato eleitoral, como razão para fundamentar a incompatibilidade do cargo, ao abrigo do nº 4, do Art.º 77.º, E.O.A.

De qualquer modo, ao advogado são impostos valores ético-deontológicos da profissão, garantindo a sua absoluta independência e disponibilidade, assegurando-se a isenção, a independência e a dignidade da profissão.

O exercício conjunto de funções públicas e da advocacia é, e sempre foi, motivo de controvérsia pois não raras vezes uma aproveita à outra, afectando a imagem pública e consideração dos Advogados. Porém, nada na Lei permite erradicar, duma vez por todas, as inúmeras suspeições com que constantemente somos confrontados - não o fazendo a Lei, não o fará o intérprete.

Neste sentido, o advogado está impedido de praticar actos profissionais e de mover influência junto de entidades, públicas ou privadas, onde desempenhe ou tenha desempenhado funções cujo exercício possa suscitar, em concreto, uma incompatibilidade por conflitar com as regras deontológicas do exercício da profissão, como se entende do Art.º 78.º. nº 2, do E.O.A.

Avisadamente, o E.O.A., ainda que permissivo nalgumas situações (v.g., o exercício da advocacia por deputados), impede a promiscuidade entre os cargos exercidos e a profissão, bem se sabendo que não raras vezes existe um aproveitamento pessoal, profissional e económico do exercício de certas funções publicas - o que consideramos claramente ser o caso.

Conclusões:

É n/ parecer que, não sendo o cargo de presidente de junta de freguesia incompatível com o exercício da advocacia, o presidente duma junta de freguesia está impedido de advogar, ainda que gratuitamente, em quaisquer assuntos em que



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

estejam em causa os serviços a que está vinculado, por força do disposto no Art.º 78.º, nº 2, E.O.A.

É este, s.m.o., o n/parecer.

Cercal do Alentejo, 26 de Fevereiro de 2013.

O Relator

José António Belchior